

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-147

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
502787228	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ALTO TAMEGA (ADRAT)
Morada (Sede Social)	
PARQUE DE ACTIVIDADES, AVENIDA DA COOPERAÇÃO, EDIFÍCIO INDITRANS LOTE A UM, Nº 2	
Código Postal	Localidade
5400-672	OUTEIRO SECO
NUT III	NUT II
Alto Tâmega	Norte
Telefone	E-mail
276340920	geral@adrat.pt
Telefax	

276340929

URL

Tipologia de Beneficiário

<http://www.adrat.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

António M. Machado

Telefone Responsável

276340920

Cargo Responsável

Secretário-Geral

Telemóvel Responsável

Serviço/Departamento

Departamento de Projetos

Email Responsável

antonio.machado@adrat.pt

Email Alternativo

geral@adrat.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A ADRAT é uma instituição privada sem fins lucrativos com intervenção no agrupamento de municípios do Alto Tâmega, cuja atividade começou em 1990 com as ações promovidas ao abrigo do Programa Comunitário LEADER e por um Gabinete de Apoio Empresarial, criado neste território no âmbito do PDRITM II. Os seus associados são as principais instituições da região, públicas e privadas, destacando-se os Municípios, Cooperativas, Associações de Produtores, Empresariais e Culturais e outras com intervenções em prol do desenvolvimento da região.

Tem como objetivo geral o de promover o desenvolvimento sustentável da região do Alto Tâmega, dando principal importância à criação de emprego e fixação de população. Para além destas duas temáticas também organiza e elabora projetos e atividades no âmbito da cultura, do ambiente, desenvolvimento rural, social, agricultura, etc.

A ADRAT é Certificada em Sistemas de Gestão da Qualidade, no âmbito da norma ISO9001, o que confere um caráter de maior rigor na monitorização e controlo da gestão dos seus processos internos. É uma entidade formadora certificada pela DGERT o que lhe atribui reconhecimento e competências acrescidas nesta área de atuação.

A ADRAT pertence, na área social, a redes como: Rede CLAI – Centros de Apoio à Integração de Imigrantes e à EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza; Rede Social dos Concelhos de intervenção e é protocolada com CLDS+ regionais.

Desde 1997 até à data atual a ADRAT participa no Programa de Formação PME e tem mantido formação para cerca de 200 empresas na região. A ligação desta instituição ao tecido empresarial regional manteve-se sempre presente, não só por intermédio dos trabalhos realizados com empresas no apoio às suas intenções de investimento, através da elaboração de projetos concorrentes aos sistemas de incentivos em vigor, como também através das atividades formativas levadas a cabo no âmbito dos Programas Formação PME, PRONACI, POEFDS, EQUAL, INOVJOVEM e outros.

A ADRAT dispõe também de um Departamento de Projetos, cuja missão é, por um lado, a de dinamizar iniciativas que, promovendo a instalação de empresas no meio rural, contribui para a fixação das populações na região, através da gestão do programa LEADER (Leader I, Leader II, Leader + e Abordagem Leader), nas suas diferentes versões, desde que este Programa de Iniciativa Comunitária foi criado, envolvendo investimentos muito significativos nas zonas rurais. Por outro lado a intervenção da ADRAT no que respeita aos apoios provenientes do FEDER e FSE tem-se traduzido na implementação de um vasto número de projetos, em que tem sido notório o apoio aos Municípios do seu território de intervenção, aproveitando diversos programas que têm sido disponibilizados, de que se destacam a cooperação transfronteiriça (POCTEP), transnacional (INTERREG B Atlântico e Sudoeste, INTERREG C e LEONARDO DA VINCI e, recentemente Erasmus+ e Horizonte 2020) em temas variados, desde à instalação de infraestruturas (ninhos de empresas, mercado de gado, recuperação de edifícios para a formação e experimentação agrícola, etc.), eco inovação empresarial, formação e edição de guias formativos (meio rural, castanheiro, cogumelos, agricultura biológica, ambiente e natureza 2000, águas minerais, etc.).

Relativamente à igualdade de oportunidades, a ADRAT pretende promover o combate às discriminações, como fator transversal de competitividade, coesão social e desenvolvimento, através de uma abordagem comum, fazendo chegar a informação e as oportunidades de apoio ao abrigo do FSE e de outros instrumentos à população em geral e a públicos mais desfavorecidos. Por exemplo, a parceria criada com o Alto Comissariado das Migrações, IP, tem permitido uma maior integração de proximidade com a população imigrante da região, indo de encontro às suas necessidades e apoiando no encaminhamento para os órgãos competentes.

A ADRAT como principal entidade promotora de cooperação transnacional do território do Alto Tâmega, promove e coordena uma série importante de projetos em que parceiros deste DLBC assumem particular relevância e protagonismo.

Em termos de inclusão social e empregabilidade, a ADRAT e outras entidades colaboram na realização de ações conjuntas como por exemplo o CLDS+ facilitando o recrutamento de formandos e formadores para ações de formação realizadas em parceria com a ADRAT e articulando a oferta e procura de postos de trabalho. Neste campo merece especial realce o trabalho de coordenação desempenhado pela ADRAT no que concerne ao Plano de Empreendedorismo do Alto Tâmega promovido pela Comunidade Intermunicipal.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
506810267	MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR		01/01/1981	84113	Autarquias Locais

502341459	MONTIMEL-COOPERATIVA DE APICULTORES DO ALTO TAMEGA CRL	25/08/1989	11/12/1989	01491	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
503502588	CENTRO DE GESTÃO AGRÍCOLA DE VALPAÇOS	13/09/1995	01/06/1996	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
506790878	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BOTICAS	11/02/2004	01/04/2004	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503564389	ARATM - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS AGRICULTORES DAS TERRAS DE MONTENEGRO	28/08/1991	31/05/1996	94110	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
504015850	ASSOCIAÇÃO DOS VITICULTORES TRANSMONTANOS	18/09/1997	23/05/1997	94110	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
506797228	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO EXTREMO	25/11/2003	28/05/2004	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502787228	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ALTO TAMEGA (ADRAT)	12/10/1990	15/10/1990	94110	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
506149811	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE	09/06/1273	09/06/1273	84113	Autarquias Locais
501205551	MUNICÍPIO DE CHAVES		28/02/1986	84113	Autarquias Locais
506886964	MUNICÍPIO DE BOTICAS		01/01/1900	84113	Autarquias Locais

509033164	TRASVINIS - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS PRODUTORES E ENGARRAFADORES DA ÁREA GEOGRÁFICA DE TRÁS-OS-MONTES	27/07/2007	15/09/2009	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502924055	AMAT	15/04/1992	15/04/1992	94110	Associação
501280570	Coopeaguiarense CRL	02/03/1981	02/03/1981	46211	Cooperativa
500305951	ACV, CRL	31/08/1956	31/08/1956	11021	Cooperativa
513157859	ADIRBA	01/01/2009	01/01/2009	94995	Associação
500954976	COV, CRL	01/06/1951	01/06/1951	10412	Cooperativa
501477721	TEF, CRL	18/04/1984	26/09/1984	90010	Cooperativa
503292362	ANCABRA	04/11/1994	31/01/1995	94995	Associação
506431274	AGUIAR FLORESTA - ASSOCIAÇÃO FLORESTAL E AMBIENTAL DE VILA POUCA DE AGUIAR	07/02/2003	07/02/2003	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500074631	CAPOLIB, CRL	29/09/1952	29/09/1952	46214	Cooperativa
508960886	ECOMUSEU - ASSOCIAÇÃO DE BARROSO	12/05/2009	01/07/2009	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
505044226	Naturbarroso	24/07/2000	11/08/2000	55202	Empresa
504320858	ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA	02/07/1999	01/10/1999	85591	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
501429930	Santa Casa da Misericórdia de Chaves	11/11/1983	11/11/1983	87301	IPSS
500792704	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VILA POUCA DE AGUIAR	11/12/1937	01/01/1995	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
500074526	CANT, CRL	24/09/1952	24/09/1952	01130	Cooperativa
503905259	CVRTM	09/05/1997	02/10/1997	94110	Associação
500951829	CASA DO POVO DE VILARANDELO	03/06/1942	03/06/1942	87301	Entidade equiparada a pessoa coletiva
509297544	Bons e Valentes	26/01/2010	26/01/2010	94995	Associação

500075182	CAC, CRL	06/10/1964	06/10/1964	11021	Cooperativa
506874320	MUNICÍPIO DE VALPAÇOS		01/01/1973	84113	Autarquias Locais
504961934	Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves	13/02/2015	13/02/2015	65112	Associação

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Alto Tâmega

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Alto Tâmega	Boticas		12,00%
Norte	Alto Tâmega	Chaves		22,00%
Norte	Alto Tâmega	Montalegre		30,00%
Norte	Alto Tâmega	Valpaços		20,00%
Norte	Alto Tâmega	Vila Pouca de Aguiar		16,00%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

Território

A região do Alto Tâmega tem um posicionamento geográfico que, apesar de fortemente marcado pelo contexto de interioridade, é favorecido pela existência de bons acessos rodoviários. A região detém relevantes recursos naturais, desde os recursos hídricos – uma das marcas distintivas desta região –, aos recursos mineiros, fauna, flora e agropecuária. A existência e relevância dos recursos endógenos do Alto Tâmega demonstram um considerável potencial de crescimento na valorização, comercialização e distribuição de produtos locais, reconhecidos pela sua qualidade.

Dinâmicas Populacionais

Na área de intervenção residem cerca de 86 mil habitantes, tendo vindo a registar-se uma diminuição contínua nos últimos anos. Na década de 2000 a região perdeu mais de 10 mil habitantes, ou seja, acima de 10% do total (entre 1991 e 2001 essa perda tinha rondado os 7%). Esta diminuição deve-se a uma combinação das duas componentes (migrações e movimento natural) que, em 2013, representavam uma perda anual superior a 1000 habitantes. No caso das migrações, os dados demonstram que houve um aprofundamento da perda anual – em 2001, o Alto Tâmega era uma região com saldo positivo e atualmente essa situação apenas se regista em Chaves, mesmo assim com valores anuais bastante inferiores ao do início da década anterior. Já do ponto de vista do saldo natural (nascimentos – óbitos), aprofundou-se a situação regressiva. A diminuição da taxa de mortalidade não compensa a acelerada diminuição dos níveis de natalidade. Esta evolução indicia outro fenómeno demográfico especialmente grave: o envelhecimento da pirâmide etária. O índice de envelhecimento médio no Alto Tâmega é de 282,9 (idosos por cada jovem), que

compara com a média da Região Norte (114,1) e de Portugal (127,6), resultando da perda de jovens, não só pela baixa natalidade, mas também pela emigração (nacional e para o estrangeiro), que é seletiva e atinge as camadas etárias que menos horizontes de futuro encontram no Alto Tâmega e do prolongamento da esperança média de vida.

Educação

O número de aluno matriculados nos diversos níveis de ensino tem vindo a diminuir, fruto das dinâmicas demográficas regressivas que já assinalámos. Vejam-se os dados referentes a dois anos recentes, 2009 e 2012: em praticamente todos os níveis e todos os municípios houve diminuição do número de alunos matriculados. Também no Ensino Superior se verifica tendência semelhante. Em 2014 encerrou o polo da UTAD, mantendo-se em funcionamento apenas a Escola Superior de Enfermagem que tem atualmente 522 alunos. Nos anos recentes houve igualmente um profundo reordenamento da rede escolar, com diminuição do número total de estabelecimento, concentração dos alunos e modernização do parque escolar. Esta diminuição do número de pessoas a frequentar o ensino ocorre num contexto em que os níveis gerais de escolaridade são já relativamente baixos, por comparação com as médias regional e nacional. Os diversos fatores apresentados concorrem para o agravamento da trajetória regressiva que o território tem vindo a observar.

Dinâmicas Económicas

Produto Interno Bruto (PIB): Os dados disponíveis relativos ao PIB referem-se apenas às NUT III – e no caso dos municípios do Alto Tâmega apenas há dados do período em que os municípios integravam a NUTS III Alto Trás-os-Montes. No entanto, é possível ter a noção de que a capitação do PIB desta NUT equivale a cerca de 70% do índice nacional e abaixo do índice da região norte.

Poder de compra: O índice de poder de compra, no Alto Tâmega é bastante inferior à média nacional, verificando-se, no entanto, o seu crescimento regular na última década. Essa evolução é relativa, não significando necessariamente um progresso ao nível das condições de vida.

Atividade empresarial: Existem cerca de 8.000 empresas no Alto Tâmega, das quais menos de 2000 têm forma societária. Em anos recentes verifica-se uma diminuição deste número: entre 2011 e 2012 houve um decréscimo em todos os concelhos do Alto Tâmega, passando de 8.322 para 7.745 empresas. Os serviços e o comércio são os dois setores com mais representatividade no Alto Tâmega, seguidos do turismo e restauração, construção, agricultura e floresta e por fim a indústria transformadora.

Emprego: Entre 2001 e 2011 os setores primário e secundário diminuíram de importância relativa, e cerca de dois em cada três empregados trabalham atualmente no setor dos serviços. Em 2011 existiam no Alto Tâmega 3.364 empregados no setor primário, 5.990 no setor secundário e 18.397 no setor terciário. Esta distribuição tem algumas variações nos diversos concelhos, mas, globalmente, são as empresas dos setores do comércio, indústria transformadora e construção as maiores empregadoras.

Desemprego: Acompanhando a evolução do país, o desemprego no Alto Tâmega tem vindo a aumentar. Verifica-se que os dados de 2014 são superiores aos de 2011 (período correspondente aos censos) e de 2007 (período correspondente ao início do quadro comunitário de apoio 2007-2013). Este aumento do desemprego não é mais marcado porque o fenómeno da emigração tem retirado um número significativo de pessoas ativas do Alto Tâmega. Veja-se que, entre 2001 e 2011, se registou uma diminuição, quer da população ativa, quer da população empregada – uma perda de 3.540 ativos e de 4.248 empregados em todo o Alto Tâmega. O desemprego no Alto Tâmega pode ser analisado em função de alguns parâmetros. Vamos fazê-lo a partir dos dados do Centro de Emprego de janeiro de 2014, em que o total de inscritos era de 5342 desempregados. O grupo etário mais afetado é dos 35-54 anos, com 2.374 inscritos, seguido do grupo etário 25-34 com 1.140 inscritos. Do total de desempregados, mais de metade (2.798) são mulheres e quase metade (2.544) já se encontram inscritos no centro de emprego há mais de 1 ano. A maioria (4.414) são pessoas que procuram um novo emprego, e apenas 928 procuram o 1.º emprego. 1.271 dos inscritos têm como habilitações literárias o ensino secundário. Se compararmos estes dados de 2014 com igual período de 2007, houve um aumento para mais do dobro: em 2007 havia apenas 577 inscritos com este nível de ensino completo.

Síntese

A região do Alto Tâmega é um território de características marcadamente rurais, na organização territorial e social, nas atividades produtivas predominantes e nas práticas culturais e tradições. Este contexto de ruralidade tem especificidades onde se distinguem aspetos positivos como os seguintes:

- Excelência dos recursos naturais e da paisagem, associados a saberes e elementos culturais e tradicionais de grande valor e a iniciativas de grande visibilidade neles baseadas, compondo uma região agrícola e rural com grande potencial de reconhecimento no exterior.
- Contexto institucional e político favorável ao desenvolvimento de iniciativas de base local com enquadramento em políticas mais alargadas no território, destacando-se as competências complementares da malha institucional e os processos já muito aprofundados de cooperação intermunicipal e intersectorial.

No entanto, como acontece em geral nas regiões rurais portuguesas, podem identificar-se elementos regressivos e de degradação das condições de vida, como os seguintes:

- c. Abandono populacional e envelhecimento demográfico, resultante dos efeitos combinados de fenómenos migratórios e da quebra acentuada da natalidade.
- d. Dinâmica empresarial, e económica em geral, muito incipiente, com lacunas ao nível das políticas de gestão de unidades empresariais e de atração e acolhimento de novas iniciativas, agravadas pela inexistência de redes de trabalho.
- e. Debilidade de ID+I e de processos de valorização e transformação dos produtos e subprodutos, com fraca visibilidade externa dos ativos da região e ausência de clusterização.
- f. Risco de degradação do património, associado à falta de consolidação de uma oferta turística desenvolvida com base nos recursos endógenos.
- g. Ausência de uma estratégia de promoção estruturada da região do Alto Tâmega como um todo.

Na sequência do diagnóstico territorial podemos desenvolver a hierarquização dos objetivos desta EDL da forma a seguir descrita. Dois (2) grandes objetivos estratégicos:

- Acrescentar valor aos recursos locais e dinamizar as atividades do mundo rural;
- Promover a criação de emprego e empresas sustentáveis.

A estes objetivos estratégicos corresponderão quatro (4) objetivos específicos:

- Aumentar a atratividade do território através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais;
- Reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção dos produtos;
- Fomentar o espírito empreendedor vocacionado para o autoemprego e microempreendedorismo, valorizando as Pessoas como um recurso para a coesão do mundo rural;
- Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação.

A relação entre estes objetivos e os superiores não é somente vertical, devendo verificar-se, igualmente, algumas relações oblíquas. No nível seguinte teremos seis (6) objetivos operacionais:

- Qualificar espaços e elementos patrimoniais com capacidade de atração turística significativa;
- Introduzir nas explorações processos inovadores de produção. Transformação e comercialização;
- Promover ações de melhoria das condições de colocação dos produtos nos mercados;
- Introduzir atividades complementares nas explorações;
- Apoiar projetos de empreendedorismo, de criação do próprio emprego e criação ou expansão de pequenos negócios no mundo rural;
- Implementar um sistema de gestão, acompanhamento e avaliação focado nos resultados.

Pretende-se que todos estes objetivos sejam alcançados através da implementação das seguintes medidas/atividades:

- Valorização territorial (PO Norte);
- Promoção da competitividade (PDR);
- Fomento do empreendedorismo (PO Norte);
- Gestão e cooperação da EDL.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Proximidade aos mercados espanhol e metropolitano.
Novas políticas intermunicipais no AT para atração e instalação de empresas e fomento ao empreendedorismo.

Nova geração de sistemas de incentivos às empresas e ao empreendedorismo.

Proximidade relativa a aeroportos e portos internacionais e rede ferroviária de alta velocidade espanhola.

Visibilidade externa dos produtos e eventos regionais.

Principais Ameaças

Principais Pontos Fortes

Recursos, produtos e valores culturais distintivos.
Recursos de base e tradição para o desenvolvimento das fileiras dos recursos naturais e energéticos.
Posicionamento geográfico e boa rede rodoviária, com excelente integração no espaço regional e transfronteiriço, reforçada por dinâmicas institucionais de cooperação.
Riqueza e capacidade institucional (associações, cooperativas, etc.).
Boas infraestruturas empresariais.

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Concorrência de regiões próximas mais potentes (para investimento e emprego) nos segmentos (mercados, produtos e recursos) em que o AT concorre.

Conjuntura económica desfavorecedora do investimento, pouco geradora de emprego, e exigências burocráticas para acesso a incentivos pouco adequadas à dimensão e capacitação das empresas locais.

Agravamento de custos de contexto: portagens nas AE e reorganização de serviços públicos, com perda em diversos domínios.

Principais Pontos Fracos

Diminuição da população, elevada taxa de emigração e envelhecimento, com abandono de terras.

Ausência de ofertas de emprego significativas e baixo nível de qualificação dos RH.

Dominância das microempresas pouco estruturadas, isolamento empresarial e fraco espírito empreendedor.

Fraca articulação nas políticas de gestão das estruturas empresariais e de apoio ao investimento.

Falta de inovação / valorização (transformação - produtos e subprodutos).

O DLBC foca-se na concertação entre parceiros com vista à promoção do empreendedorismo e criação de postos de trabalho, associando a valorização dos recursos locais e a dinamização das atividades do mundo rural. Os principais desafios a que a EDL responderá são 3:

A inversão de dinâmicas regressivas: como fomentar o desenvolvimento de base local numa região em perda acentuada?

A competitividade: como consolidar um modelo de desenvolvimento assente na dinamização da economia local?

A persistência e a continuidade na intervenção: como cooperar melhor e aprofundar a interligação entre todos os agentes no território?

A disponibilização de serviços de natureza económica e social não inverteu as tendências, não induziu dinâmicas sociais nem gerou estímulo, especialmente para os jovens com mais qualificações. Mas os instrumentos de apoio ao setor produtivo também têm tido resultados limitados. Uma fragilidade está relacionada com a falta de iniciativas empresariais – escassez de ideias inovadoras e de gente empreendedora; insuficiência dos apoios que lhes são prestados; carência de qualificações, de organização e cooperação.

Pretende-se valorizar a atividade económica, aproveitando melhor os recursos (territoriais, produtivos e humanos) e melhorando o ciclo produtivo, sem perder de vista a escala do território, mas potenciando o seu posicionamento, através do estímulo ao empreendedorismo - uma forma sustentável de inovar, desenvolver e dar oportunidades. Isto exige ainda que se melhore a forma como se intervém, tendo presente que só a persistência conduz a resultados. Este é um desafio que sugere uma estratégia em que não se introduzem ruturas no modelo LEADER, valorizando o capital de conhecimento das instituições e das pessoas, mas se procura otimizar o potencial dos novos instrumentos de política pública para a concertação de intervenções no quadro de estratégias articuladas setorial e espacialmente.

Há um conjunto de fatores críticos que condicionam o sucesso na resposta a estes desafios. Alguns podem ser devidamente internalizados na EDL, preparando mecanismos de resposta, mas outros dependem de variáveis exógenas, principalmente de natureza institucional ou da evolução do contexto.

No primeiro caso está a articulação com o Plano de Ação para o Empreendedorismo AT, em termos estratégicos e operacionais, é condição relevante para a implementação das linhas de apoio ao emprego, nomeadamente em termos da promoção da adesão do público-alvo. Adicionalmente, é também essencial para trabalhar a sustentabilidade das iniciativas apoiadas e o risco de incumprimento por parte dos beneficiários.

Já dependem sobretudo de decisões externas a orientação das políticas ativas de emprego a nível nacional e a capacidade de mobilização, informação e orientação dos desempregados para os apoios ao emprego, tendo em consideração a necessidade de segmentar as diferentes políticas face às características e necessidades dos desempregados - pressupõe um atendimento personalizado e de proximidade - e o cenário de incerteza quanto à estruturação geral do sistema de apoios ao empreendedorismo e à criação de emprego. Neste quadro, é crítico o risco de situações de indefinição dos diferentes papéis institucionais e de concorrência entre os diferentes apoios previstos.

Por último, a dimensão financeira da linha de intervenção da EDL que se refere à valorização territorial exigirá complementaridade com outras ações, de forma a atingir resultados significativos

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

De acordo com os seus pressupostos de base, o DLBC visa promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacionalizada entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho (...) pretendendo dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais (...).

Como explicitado nas secções anteriores, a região do Alto Tâmega enfrenta alguns desafios dado que, apesar das intervenções realizadas, continua a evidenciar:

- Um défice de atração, apesar da existência de recursos e produtos locais de qualidade, dada a sua reduzida visibilidade externa e ineficiente penetração no mercado, quer pelas débeis condições para a sua transformação, comercialização e distribuição, quer pelo risco de abandono e desvalorização de alguns destes recursos;
- Uma trajetória de evolução regressiva, para a qual contribuem os problemas estruturais do meio rural, como a elevada taxa de emigração, o envelhecimento e diminuição da população, a escassa oferta de emprego e,

em geral, a falta de perspetivas de futuro para os mais jovens e qualificados.

Assim, no DLBC Rural do Alto Tâmega, a EDL a implementar pretende contribuir para aprofundar o processo de afirmação do Alto Tâmega como uma região viável, sustentada e com identidade própria, a partir da valorização dos seus recursos endógenos, em estreita articulação com as restantes estratégias territoriais em curso/ previstas e através da prossecução de dois objetivos estratégicos:

- Acrescentar valor aos recursos locais e dinamizar as atividades do mundo rural.
- Promover a criação de emprego e empresas sustentáveis.

Em termos mais específicos, os objetivos para a EDL do Alto Tâmega são os seguintes:

- Aumentar a atratividade do território, através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais.

Trata-se de intervir nos recursos e nas condições de acolhimento do território que potenciem a sua atratividade turística, contribuindo assim para a preservação e valorização dos seus recursos e património natural e cultural, material e imaterial, e para a afirmação de uma identidade diferenciadora do Alto Tâmega. Para a prossecução deste objetivo serão mobilizados os instrumentos disponibilizados no âmbito do PDR 2020 (FEADER) e do PO Norte 2020 (FEDER).

- Reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção dos produtos.

Visa essencialmente a dinamização económica e o estímulo à atividade empresarial na produção, transformação e comercialização dos produtos locais, contribuindo assim para a dinamização da economia local, para o aumento de rendimento das populações e da sua qualidade de vida. As ações integradas neste eixo serão concretizadas através da mobilização de instrumentos disponibilizados pelo PDR 2020 (FEADER).

- Fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o auto-emprego e microempreendedorismo e valorizando as Pessoas como recurso para a coesão do mundo rural.

Pretende-se contribuir para a diminuição dos níveis de desemprego e pobreza/ exclusão social, promovendo a valorização das pessoas, que são em simultâneo recursos (que se querem qualificados e competitivos) e agentes de transformação (que se querem responsáveis) do território, mas são também os destinatários (que se querem incluídos e participativos) das intervenções aos mais variados níveis. O PO Norte 2020 disponibiliza instrumentos (FEDER + FSE) passíveis de contribuir para a concretização das ações integradas neste eixo de intervenção.

- Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação.

Neste caso, trata-se de estimular as organizações públicas e privadas da região a articular intervenções, partilhar recursos e melhorar o seu desempenho individual e coletivo. Este objetivo específico contempla uma dimensão mais transversal, que permitirá maiores condições de sucesso a todas as operações que serão desenvolvidas no âmbito desta EDL e noutros instrumentos de política pública ou nas iniciativas da sociedade. Não estando prevista a disponibilização, nesta fase, de instrumentos financeiros de apoio, considera-se que a prossecução das ações contempladas neste objetivo específico são relevantes para a implementação da EDL.

De referir ainda que apesar de enunciados individualmente, estes objetivos se cruzam entre si e que concorrem em simultâneo para a visão delineada para o território.

Os objetivos explicitados resultam da aferição, junto dos vários atores regionais e locais que têm vindo a participar no desenho da Estratégia, da melhor forma de enquadrar e identificar as ações a promover, no sentido de dar resposta aos desafios que se apresentam ao Alto Tâmega. Nesta segunda fase de candidatura foi possível focalizar um pouco mais os objetivos e eixos estratégicos anteriormente apresentados, para que melhor traduzam a intervenção preconizada.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

A preparação e desenvolvimento de uma intervenção DLBC no território do Alto Tâmega é, por definição, um processo marcado pela sua natureza participativa, e pelo elevado grau de envolvimento assumido pelos agentes locais e regionais, ao longo das diversas fases.

A proximidade ao território e aos seus agentes é igualmente um dos marcos da atuação da ADRAT a que o processo agora em curso pretende dar continuidade.

A participação ativa dos atores é de relevante importância nos processos de desenvolvimento, mais ainda quando se trata de territórios rurais, no âmbito de uma estratégia que se pretende fortemente incentivadora de uma cultura local de empreendedorismo, sendo que essa participação está fortemente ligada/dependente das ações de comunicação e animação que sejam implementadas no decorrer da implementação da estratégia.

Sendo a ADRAT uma Associação de parceiros com uma larga representatividade e abrangência, em que os seus associados intervêm na AG de Parceiros, colaborar na execução das decisões e atividades aí aprovadas, bem como em todas as ações necessárias à prossecução dos seus objetivos. Além destas participações, serão também realizadas reuniões periódicas de informações gerais e outras pontuais e/ou setoriais de trabalho, no sentido de abordar temas específicos e resolver questões concretas, sendo estas sessões momentos de monitorização e avaliação da EDL. Serão ainda criados mecanismos que permitam aos parceiros despoletar processos autónomos de dinamização setorial como por ex. a prestação de apoio técnico à realização de atividades de animação específicas.

De referir que a parceria é representativa da diversidade económica, social e cultural do AT dispondo de relações diretas com as populações locais, podendo por isso, considerar-se que eles refletem as suas preocupações e anseios, sendo excelentes veículos de ligação entre as populações locais e o GAL.

Apesar desta representatividade, não pretende a ETL deixar de ter em conta as preocupações e anseios das populações que vivem no seu território. Como tal, está prevista a realização de sessões de divulgação sobre os apoios que elas poderão obter, possibilitando-se, o contato direto com as comunidades locais, criando as necessárias relações de confiança que contribuam para tornar mais fluidos todos os trabalhos inerentes à implementação dos projetos.

A presença da equipa técnica, com profunda experiência e conhecedora do território, em permanente ligação com os parceiros, promotores de projetos será também um fator de divulgação e de dinamização da EDL e de uma intervenção participada, garantindo o envolvimento permanente dos interessados, possibilitando uma intervenção que vá de encontro aos objetivos estabelecidos.

Como forma de garantir uma excelente execução/implementação da EDL do Alto Tâmega serão rentabilizados todos os pólos existentes resultantes da rede de parceiros estabelecida na região, como autarquias, cooperativas agrícolas, associações de produtores e outras instituições que irão potenciar a capacidade de disseminação da Estratégia de Desenvolvimento Local.

Não deverá deixar de se referir que não só a EDL será estabelecida através de uma vasta colaboração de toda a parceria que constitui a ADRAT, como também a sua implementação no terreno contará com essa mesma colaboração, consubstanciada em momentos formais e informais que irão propiciar a correta execução das ações previstas, de forma que os objetivos propostos sejam plenamente alcançados.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega (EIDT - CIM Alto Tâmega) está, atualmente, em fase de aprovação, e foi desenvolvida através de um processo participativo, no qual a ADRAT participou muito ativamente, animando a sua rede de associados e parceiros.

A EIDT Alto Tâmega contempla um conjunto de Eixos Estratégicos para cujos objetivos se pode considerar que a EDL rural é um instrumento de concretização privilegiado. Referimo-nos aos seguintes:

Eixo Estratégico 1 - Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente, que tem os seguintes objetivos:

- Valorizar os produtos e recursos endógenos com base no conhecimento, na investigação e na inovação.
- Contribuir para a organização de setores específicos numa lógica de criação de fileiras e de reforço das relações de cluster.
- Promover o empreendedorismo tendo em vista a maximização do aproveitamento dos recursos locais.

No quadro deste EE, a EIDT propõe privilegiar a intervenção nas áreas do agrícola e florestal, da energia, e do turismo, como possíveis áreas de especialização.

Eixo Estratégico 2 - Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos

Este EE tem os seguintes objetivos relevantes para enquadramento da EDL rural:

- Proteger, promover e rentabilizar o património natural e cultural como elemento distintivo.
- Reforçar a proteção e o uso eficiente da água ao longo da sua cadeia de valor.

Trata-se de um EE relacionado com duas das ambições centrais desta EDL: a criação de uma imagem de marca distintiva para o Alto Tâmega e a valorização dos recursos naturais endógenos.

Eixo Estratégico 3- Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local

Através deste EE pretende desenvolver-se o trabalho em rede para contrariar os fenómenos de exclusão social que caracterizam o Alto Tâmega - em especial os idosos, diferentes categorias de desempregados, jovens e diferentes tipologias de famílias. Contempla os seguintes objetivos:

- Apoiar a qualificação dos recursos humanos, fomentando o ajustamento das ofertas formativas às características territoriais e demográficas.

- Fortalecer os serviços sociais de proximidade às comunidades locais, facilitando o seu acesso e o seu funcionamento em rede.

- Promover abordagens inovadoras na geração de emprego, nomeadamente emprego qualificado.

A intervenção de DLBC rural, como vimos, será fortemente contributiva para estes objetivos.

Eixo Estratégico 4 - Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania

Há, neste EE de matriz essencialmente institucional, um objetivo que se cruza de forma direta com a EDL rural (no seu Eixo 4 – Cooperação institucional e trabalho em rede), que é o seguinte:

- Fomentar a cooperação territorial estratégica e competitiva.

Note-se que, tal como a EDL rural, também aqui se regista um duplo ênfase, na cooperação interna à região e na cooperação com entidades e territórios externos, designadamente no espaço Alto Tâmega-Galiza.

Eixo Estratégico 5 - Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano

O seguinte objetivo é aqui especialmente pertinente:

- Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território.

Isso porque, “assumido o território como o principal fator de diferenciação e de afirmação regional e atendendo à prioridade atribuída a setores com uma forte relação com o território, como o turismo, a agricultura, ou a energia, importará ter em consideração de forma transversal a melhoria da qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território, de uma forma integrada, sendo de destacar neste caso a importância da qualificação dos núcleos rurais”.

No que concerne à ligação com outros programas, para além dos programas em que é entidade gestora a nível regional, nomeadamente: PROVERE; PRODER/ABORDAGEM LEADER; PLANO de EMPREENDEDORISMO DO ALTO TÂMEGA e outros projetos de cooperação, sendo Parceira Estratégica de CIM_AT, a ADRAT tem também desenvolvido ações na procura constante de novos conhecimentos e outras ferramentas de apoio territorial, sendo por isso membro de algumas das principais redes temáticas e de cooperação da União Europeia.

Por forma a possibilitar aos agentes locais, ferramentas que permitam efetivamente modernizar e capacitar a região para os desafios decorrentes da maior competitividade das regiões, pretende a ADRAT, candidatar-se, também, aos Programas Temáticos disponíveis no âmbito do Portugal 2020. Assim, no âmbito do Programa COMPETE – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, pretendemos candidatar-nos através do eixo I - realizar ações que visam a eficiência coletiva, contribuindo para o aumento de escala das empresas, que permitam a internacionalização de fileiras alvo, criando uma marca coletiva. No eixo II - iremos capacitar as empresas para a realização de projetos conjuntos de internacionalização e promoção, qualificando as pme's para o aumento da competitividade e capacidade de resposta para o mercado global, utilizando canais digitais, facilitadores de acesso a novos mercados. Para a prossecução destas iniciativas, pretendemos através do eixo III, desenvolver ações de formação e de capacitação para a inovação e gestão empresarial no modelo de negócio da empresa, intensificando a formação dos empresários, gestores e trabalhadores das empresas.

Através do POISE – Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego, pretendemos concorrer a várias medidas integradoras deste programa, nos seus variados eixos, nomeadamente ao programa de Estágios Profissionais, beneficiando por um lado do reconhecimento que o tecido empresarial e social da região nos confere em consequência da qualidade do trabalho desenvolvido ao longo de quase três décadas e, por outro lado, na competência técnica instalada na instituição, fruto da colocação e acompanhamento de jovens em contexto de trabalho com fortes indicadores de sucesso.

Dentro do PO Norte Programa Operacional Regional do Norte, temos ainda como pretensão realizar candidaturas aos vários objetivos temáticos, nomeadamente ao objetivo 03- Reforçar a Competitividade das PME's, através do desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais, especialmente no que respeita à internacionalização, capacitando as empresas para a melhoria organizacional, a inovação e o marketing internacional.

No âmbito do PDR 2020, pretende a ADRAT promover candidaturas à Medida 01 – Inovação com a criação de grupos operacionais que estabelecerão ligações entre a investigação e os diversos agentes do sector.

Complementando esta medida, pretendemos realizar candidaturas à Medida 02 deste programa –

Conhecimento, que irá melhorar as competências das pessoas ativas nos setores agrícola, agroalimentar e florestal, através da promoção de ações de transferência, informação e de conhecimento e que contribuem para a melhoria de desempenho das explorações e empresas, concorrendo para os objetivos definidos no PDR.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A EDL propõe mobilizar os principais instrumentos de apoio colocados à disposição no quadro do PDR 2020 e PO Norte 2020, em função da sua pertinência para os objetivos estratégicos e contributos visados nos domínios da valorização dos recursos locais, da dinamização da economia rural e do emprego. Esses instrumentos estão organizados em 4 Eixos de intervenção, que estruturam o programa de ação: Valorização territorial; Promoção da competitividade; Fomento do empreendedorismo e do emprego; Gestão e cooperação. Os diferentes Eixos têm um grau de autonomia que decorre das medidas que mobilizam, mas simultaneamente constituem peças de uma estratégia integrada que considera os seus contributos para os objetivos estratégicos. Os três primeiros mobilizam medidas previstas no convite para cada PO financiador, o quarto – Gestão e cooperação - não está associado a essas medidas, mas a sua referência é indispensável para uma perspetiva integrada do programa de ação. A explicitação das medidas, PO, objetivos e resultados a alcançar pela EDL organiza-se segundo os eixos referidos (para uma perspetiva sistemática destes elementos consultar em anexo o esquema “Hierarquia de objetivos da EDL”). Eixo 1 da EDL: Valorização territorial PDR 2020/ FEADER: Renovação de aldeias. PO Norte 2020/ FEDER: Património Cultural: Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico... Património Natural: Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de áreas classificadas. A mobilização destas medidas materializa a intervenção nos domínios da preservação e valorização do ambiente e património natural e cultural, e o seu resultado é “Qualificar espaços e elementos patrimoniais com capacidade de atração turística significativa”. Por esta via, pretende-se “Aumentar a atratividade do território através do fomento de atividades turísticas e da valorização de elementos patrimoniais”, que corresponde ao objetivo específico associado. Na relação com os objetivos estratégicos, esperam-se contributos centrados sobretudo na valorização dos recursos locais e dinamização das atividades, mas face ao nível de investimento e metas associadas estes efeitos são, naturalmente, limitados. Eixo 2 da EDL: Promoção da competitividade PDR 2020/ FEADER: Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização; Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas; Diversificação de atividades na exploração; Cadeias curtas e mercados locais; Promoção de produtos de qualidade locais. As medidas associadas a este Eixo assumem relevância no quadro da EDL, dado que correspondem ao núcleo central da intervenção dirigido ao sector agrícola. À implementação destas medidas estão associados os seguintes objetivos operacionais: “Introduzir nas explorações processos inovadores de produção, transformação e comercialização”, “Promover ações de melhoria das condições de colocação dos produtos no mercado” e “Introduzir atividades complementares nas explorações”. À concretização destes resultados está associado um objetivo específico que é fundamental para a estratégia global da DLBC: “Reforçar a competitividade das atividades produtivas atuando nas explorações, na comercialização e promoção dos produtos”. As metas definidas e respetivo investimento (cerca de 50% do plano de investimento), refletem a centralidade deste Eixo para o objetivo estratégico associado à valorização dos recursos locais, nomeadamente os produtivos, e dinamização da atividade económica. Por esta via são expetáveis contributos para o objetivo estratégico relacionado com o emprego, estando em causa a manutenção dos empregos no setor, mas também a criação de condições para o fomento de novos empregos. Eixo 3 da EDL: Fomento do empreendedorismo e do emprego PO Norte 2020/ FSE: Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho. PO Norte 2020/ FEDER: Apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas. Como é evidente pela tipologia de medidas, este Eixo concentra medidas de apoio direto ao emprego, essencialmente o autoemprego e a criação e expansão de pequenos negócios. O objetivo operacional correspondente é o seguinte: “Apoiar projetos de empreendedorismo, criação do próprio emprego e criação ou expansão de pequenos negócios no mundo rural, assegurando a articulação com o PEAT”. Em termos estratégicos estas medidas são da máxima relevância para a EDL, dado que a dinamização do espírito de iniciativa e do empreendedorismo, a empregabilidade e a inserção constituem dimensões-chave da matriz de objetivos e

resultados que se esperam em matéria de criação de postos de trabalho, que é bem ilustrada pelo objetivo específico correspondente “Fomentar o espírito empreendedor, vocacionado para o autoemprego e microempreendedorismo, valorizando as Pessoas como um recurso para a coesão no mundo rural”. Esta pretensão não deixa de considerar a complexidade de atuação neste domínio, não só devido à multiplicidade de fatores de contexto que condicionam a evolução do emprego e ultrapassam o espaço de intervenção da EDL, mas também pelas características dos destinatários das medidas em causa e pela dimensão de inclusão social dado a abrangência de população vulnerável do ponto de vista social e económico. Por estas razões, a articulação com o Plano de Empreendedorismo do Alto Tâmega é considerada crucial pelo complemento das medidas com o apoio ao nível da informação, aconselhamento e capacitação. Esta articulação deverá, também, assegurar condições de sustentabilidade do emprego e criar, uma dimensão crítica do histórico de medidas similares, que a DLBC não ignora, conforme é expresso no objetivo estratégico com que se relaciona de forma mais direta “Promover a criação de emprego e empresas sustentáveis”. Eixo 4 da EDL: Gestão e cooperação O teor dos objetivos operacionais associados a este Eixo de Gestão e Cooperação denotam a intencionalidade da ação nesta matéria, que está para além das questões gerais de organização e funcionamento e abrange a implementação de sistemas, modelos e práticas essenciais à concertação estratégica e operacional entre parceiros: “Adotar um modelo de comunicação apoiado em meios adequados aos destinatários; Fomentar a cooperação interinstitucional e interterritorial e a partilha de conhecimento e experiência; Implementar um sistema de gestão, acompanhamento e avaliação focado nos resultados”. O cumprimento destes objetivos é essencial á prossecução do objetivo específico associado “Inovar nas respostas aos desafios do mundo rural fortalecendo a articulação das intervenções setoriais e a cooperação”, e constitui-se como essencial para que a EDL gere contributos com relevo para os objetivos estratégicos visados.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

O trabalho coletivo entre a ADRAT e os parceiros regionais foi desenvolvido nas diferentes fases de conceção da DLBC. Inicialmente foi desenvolvida uma proposta de arquitetura da EDL, na presente fase essa proposta foi aprofundada. Os agentes da parceria (34 entidades) garantem uma cobertura expressiva do espaço territorial e das áreas socioeconómicas de atuação. Protocolos da ADRAT com outras organizações reforçam a representatividade temática e institucional em favor da EDL. Esta abordagem bottom up, a partir do território e dos seus agentes, favoreceu o centramento da EDL na valorização dos recursos locais. Os recursos produtivos do sector agrícola, tendo em vista a melhoria das condições de transformação, comercialização e distribuição e o estímulo à inovação. Os recursos territoriais associados à qualificação dos valores naturais e patrimoniais, como meio de atratividade do território. Os recursos humanos, a população da área de influência da DLBC e, em geral, toda a população do Alto Tâmega, independentemente da idade e da situação, por via da criação de condições que estimulem o empreendedorismo, a inovação e o emprego em meio rural. Estes elementos sustentam uma proposta de EDL capaz de contribuir para enfrentar os complexos desafios que se colocam ao mundo rural no Alto Tâmega, nomeadamente o desafio da competitividade. As dinâmicas do sector produtivo ainda estão aquém das necessidades de geração de rendimento e de emprego, e as fileiras da agricultura e agroindústria são exemplos desta realidade. À necessidade de reforço da competitividade das atividades produtivas existentes, acresce a importância da geração de iniciativas de natureza empresarial. Consequentemente, estimular a inovação e o empreendedorismo em todos os segmentos é um desígnio central da EDL. Quanto à coerência da EDL com as orientações estratégicas e complementaridade entre os instrumentos de política, considera-se que esta condição está assegurada. No que se refere à EE 2020 e Portugal 2020, os resultados visados contribuem para os eixos de ação previstos, embora com contributos distintos e ponderados face à demografia do território. No que respeita à articulação com a estratégia de desenvolvimento rural, orientada pelos programas de desenvolvimento da UE e nacionais, é evidente a relação da EDL e o seu contributo para alcançar os objetivos definidos. Relativamente aos instrumentos de âmbito regional e local, destaca-se a relação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega. A participação ativa da ADRAT na sua elaboração facilitou a ligação com a EDL, que é clara na dinamização da base económica local num contexto de especialização inteligente, mas também noutras áreas, nomeadamente a valorização dos recursos naturais endógenos, a promoção de abordagens inovadoras na geração de emprego e a cooperação interna e externa. Outro instrumento que assume centralidade é o Plano de Ação para o Empreendedorismo no Alto Tâmega. Por um lado, constitui um referencial estratégico e metodológico de suporte à aplicação dos instrumentos de apoio ao empreendedorismo e ao emprego. Por outro, potenciará a utilização articulada de recursos, a criação de uma rede colaborativa e a dinamização de sinergias na região, que promovam todos os segmentos de empreendedorismo. Neste enquadramento geral, a EDL apresenta um programa de ação que mobiliza as medidas previstas nos diferentes programas operacionais, de forma integrada e coerente face aos objetivos estratégicos visados e à visão que norteou a conceção da EDL. No caso do PO Norte 2020 são mobilizadas as medidas associadas à criação de emprego (FSE e FEDER). O apoio aos indivíduos e às empresas na criação de emprego e o fomento do microempreendedorismo e pequenos negócios no mundo rural são os objetivos visados. No mesmo PO são acionadas medidas relativas à valorização do património natural e cultural, que em articulação com a medida do PDR 2020/FEADER (Renovação de Aldeias), materializa a intervenção na valorização territorial, apontando para a qualificação de espaços e elementos patrimoniais, o aumento da atratividade do território e o fomento do turismo. É também no âmbito do PDR 2020/ FEADER que são convocadas as medidas que dão corpo à intervenção relacionada com a fileira agrícola (Pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização; Diversificação de atividades na exploração; Cadeias curtas e mercados locais; Promoção de produtos locais ...), com o objetivo de reforçar a competitividade das atividades produtivas – comercialização, promoção e processo produtivo. A mobilização destas medidas e a matriz de objetivos da EDL está também ancorada no princípio metodológico da orientação para resultados, que condicionou a estruturação da intervenção. Da aplicação deste princípio decorre a definição de resultados esperados por fundo financiador; os indicadores usados e metas definidas são elemento essencial desta abordagem.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	39,00	65,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 437 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	8a b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Empresas que beneficiam de apoio	2,00	10,00	Postos de trabalho criados	3,00	14,00	193 995,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	6,00	29,00	Postos de trabalho criados	8,00	41,00	581 985,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	6c* a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	108,00	431,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,03	0,13	43 110,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	6c* b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	108,00	431,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,03	0,13	43 110,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	38,00	50,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	562 500,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Despesa Pública	427,50	562,50	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	38,00	50,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	38,00	50,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	100,00	100,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Despesa Pública	427,50	562,50	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	100,00	100,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	38,00	50,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	100,00	100,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	9,00	19,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	13,00	27,00	1 162 899,42€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Despesa Pública	550,84	1162,89	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	13,00	27,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos/beneficiários apoiados	9,00	19,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	13,00	27,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	7,00	14,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	78,00	74,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Despesa Pública	428,43	856,87	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	78,00	74,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos/beneficiários apoiados	7,00	14,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	78,00	74,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	2,00	5,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	22,00	26,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Despesa Pública	122,41	306,02	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	22,00	26,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	5,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	22,00	26,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	3,00	9,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	13,00	784 047,01€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Despesa Pública	261,34	784,04	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	13,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos/beneficiários apoiados	3,00	9,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	4,00	13,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	2,00	6,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	67,00	67,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Despesa Pública	174,23	522,69	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	67,00	67,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	6,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	67,00	67,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	1,00	3,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	33,00	33,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Despesa Pública	87,11	261,34	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	33,00	33,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos/beneficiários apoiados	1,00	3,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	33,00	33,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	2,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	356 417,21€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Despesa Pública	142,56	356,41	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	2,00	5,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	100,00	100,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Despesa Pública	142,56	356,41	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	100,00	100,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	5,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	100,00	100,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	356 417,21€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Despesa Pública	142,56	356,41	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	2,00	5,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	100,00	100,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Despesa Pública	142,56	356,41	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	100,00	100,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	5,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	100,00	100,00	0,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de Aldeias	Projetos apoiados	2,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	320 633,77€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de Aldeias	Despesa Pública	128,25	320,63	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de Aldeias	Projetos/beneficiários apoiados	2,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	0,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de Aldeias	Projetos apoiados	2,00	5,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	100,00	100,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de Aldeias	Despesa Pública	128,25	320,63	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	100,00	100,00	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de Aldeias	Projetos/beneficiários apoiados	0,00	0,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,00	0,00	0,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	Nº Estratégias	1,00	1,00				862 200,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;				Efeito Multiplicador do Investimento Público no Investimento Privado	0,80	1,40	862 200,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FSE	1 437 000,00€
FEDER	862 200,00€
FEADER	3 542 914,62€
Total	5 842 114,62€

Pressupostos

Confiando totalmente no sucesso da implementação desta EDL, assentamos que os pressupostos existentes serão perfeitamente controlados como forma de garantir esse sucesso. Como ponto de partida podemos reconhecer os seguintes tipos de pressupostos, com origem, tratamento impacto bem diferenciados: Os pressupostos internos com origem na instituição e/ou parceria; externos, relacionados com o funcionamento de atores e instrumentos de apoio que nós não conseguimos controlar diretamente; territoriais, que têm a ver com as modificações das características da região e comunidades locais; e, por fim, aqueles pressupostos totalmente externos a este processo, mas com impacto direto no seu desenvolvimento. Em relação aos primeiros importa referir ser absolutamente necessário que se consiga manter o funcionamento saudável de toda a parceria, obter os apoios essenciais para o funcionamento e subsistência de uma equipe técnica de qualidade e pluridisciplinar, garantir a manutenção de uma representatividade e reconhecimento territorial inquestionável e alcançar elevados níveis de comunicação e disseminação de planos e projetos, competências e valências, informações e conhecimentos de forma a se obter uma partilha de recursos na conceção, programação e implementação de toda a EDL e um compromisso mútuo de contribuição para o cumprimento dos objetivos da iniciativa. Em relação aos pressupostos externos é vital que se garanta o acesso a alguns dos instrumentos de apoio indispensáveis e inseparáveis da ELD da ADRAT, mas é igualmente importante que esses mecanismos de apoio funcionem de uma forma eficiente. É assim importante que todo o quadro institucional e programático comunitário, nacional e regional que consiga garantir, durante todo o período de duração desta EDL, uma estabilidade regulamentar mínima que não comprometa o trabalho feito localmente. Em termos territoriais existe uma larga série de pressupostos que é preciso garantir não serem adulterados, nomeadamente a conservação de algum dinamismo por parte das comunidades locais, da qualidade intrínseca das potencialidades específicas, a existência de dinâmica empresarial, a manutenção de algum sentido empreendedor e a observação de uma nova cultura de desenvolvimento. Neste campo, assume igual importância a manutenção de um especial envolvimento das principais instituições da região em todo este processo, nomeadamente das autarquias locais, como elementos agregadores, dinamizadores e disseminadores de muitos projetos. No fundo, é essencial que todo o diagnóstico do território e consequente avaliação SWOT se mantenha, e se mantenha com as mesmas dinâmicas socioculturais e institucionais. Por fim, existem toda uma série de pressupostos incontroláveis que poderão sempre por em causa a implementação de toda esta estratégia, pressupostos que fogem à nossa esfera de ação, que não se enquadram nas tipologias acima descritas, mas que, muitas vezes são implacáveis e deformam inexoravelmente qualquer atuação. Para terminar este capítulo afirmar que trabalhar todos estes pressupostos implica o desenvolvimento de uma atuação feita com muita objetividade, bom senso, realismo, flexibilidade, com grande unidade e uma monitorização muito precisa.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Relativamente à estratégia de cooperação a ADRAT tem assumido um papel de liderança regional na procura e execução de projetos de cooperação em áreas temáticas de relevo para a economia e para a sociedade regional. A cooperação pretende valorizar os territórios rurais e consolidar o seu tecido económico e social, tendo como principais objetivos o de promover o desenvolvimento de projetos de cooperação entre territórios rurais e de promover o desenvolvimento de projetos de cooperação entre territórios rurais Europeus e de países terceiros. O facto de o território ter uma posição fronteiriça atribui-nos capacidades e responsabilidades acrescidas em matéria de cooperação.

No que se refere às áreas temáticas na cooperação interterritorial pretendemos abordar o património e cultura, sobretudo atendendo a questões relacionadas com a sua conservação e promoção e os produtos e serviços das regiões de montanha, nomeadamente associados a investimentos inovadores no meio rural e à promoção dos produtos locais. Na cooperação transnacional pretendemos abordar o ambiente e recursos naturais, com destaque para a gestão e valorização das áreas protegidas e classificadas; empreendedorismo em meio rural, autoemprego e inovação; igualdade e inclusão social, aprofundando as experiências de promoção da igualdade de género.

Os objetivos gerais a alcançar são os seguintes: Estabelecer parcerias com novas regiões e entidades nacionais e europeias; Reforçar o papel do Alto Tâmega como interlocutor no desenvolvimento do Norte de Portugal; Introduzir novas metodologias de trabalho em sectores-chave com vista à sua modernização; Criar canais de comunicação e intercâmbio institucional que favoreçam a promoção e valorização dos recursos endógenos; Promover o intercâmbio técnico-profissional dos recursos humanos das entidades cooperantes e suas parceiras; Implementar processos e conhecimentos inovadores para a região; Promover o debate e a partilha de ideias procurando ultrapassar os problemas socioeconómicos.

Com base nos objetivos pretendemos alcançar as seguintes metas: Aumentar a visibilidade regional e Europeia do Alto Tâmega, verificada pelos seguintes indicadores: aumento do n.º de entidades com quem se estabelecem parcerias formais de cooperação, anteriormente; n.º de projetos de cooperação elaborados; n.º de visitas de estudo realizadas na região. Melhorar a promoção dos produtos locais, verificada pelos indicadores seguintes: n.º de produtos locais promovidos no âmbito das atividades de cooperação; n.º de eventos de cooperação associados à promoção dos produtos; Melhorar a capacitação institucional e técnica, avaliada através do n.º de pessoal técnico participante nas ações de cooperação; n.º de redes temáticas criadas e/ou participadas; n.º de outras organizações beneficiadas pelas atividades de cooperação; Relativamente às mais-valias da cooperação tanto nacional como transnacional constitui já de si uma mais-valia para o território. A colaboração entre parceiros de diferentes países e até mesmo do mesmo país é um fator enriquecedor no que se refere à aquisição de novos conhecimentos e trocas de experiência, aumentando o know-how dos recursos humanos, bem como relativamente à formação profissional e difusão de conhecimentos. A cooperação é uma janela aberta à inovação, associada a um baixo custo na aquisição de conhecimentos e partilha de experiências, sendo claramente uma oportunidade de expansão e inovação.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

Importa descrever a organização interna do Gal ADRAT decorrente do que vier a ser contratualizado, os dispositivos de gestão, a segregação de funções e mecanismos de prevenção de conflitos de interesse e de redução do risco de fraude, bem como os procedimentos gerais e transversais aplicáveis no que se refere à diferente tipologia de ações que a DLBC venha a abranger e procedimentos específicos aplicáveis, bem como os circuitos de abertura de concurso, receção, análise, decisão e contratação dos Pedidos de Apoio (PA) e à receção, análise e validação dos Pedidos de Pagamento (PP).

A implementação da EDL competirá a um órgão deliberativo – a Assembleia de Parceiros – e a um órgão executivo – Órgão de Gestão (OG), cuja nomeação para a implementação da DLBC é feita pela Assembleia de Parceiros. A Assembleia de Parceiros é um órgão colegial constituído por todos os parceiros do GAL cujas principais funções são o acompanhamento e avaliação da estratégia.

Desta Assembleia de Parceiros fazem parte todos os membros que constituem a Assembleia Geral da ADRAT.

O seu funcionamento é regulado pelos Estatutos da Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega cujo conteúdo se anexa (Anexo I) e pela legislação nacional aplicável.

Em sede de acompanhamento, à Assembleia de Parceiros compete-lhe verificar a execução da EDL, bem como:

- a) Avaliar periodicamente os progressos verificados no sentido da realização dos objetivos específicos da EDL, com base nos documentos apresentados pelo Órgão de Gestão;
- b) Analisar e aprovar os relatórios de execução anual e o último relatório de execução da EDL, antes do seu envio à AG dos diferentes programas;
- c) Deliberar sobre a programação física e financeira anual da EDL;
- d) Propor eventuais ajustamentos à EDL ou mesmo a sua revisão com vista a atingir os seus objetivos ou a melhorar a sua gestão, incluindo a financeira;
- e) Eleger e destituir os membros do órgão de gestão do GAL;

O Órgão de Gestão é o órgão executivo da EDL, mandatado pela Assembleia de Parceiros, competindo-lhe executar a EDL e informar os parceiros do GAL e a população regional do impacto da implementação da EDL no território de intervenção e aprovar as decisões das diferentes operações.

Este órgão de gestão é constituído pelos membros da Direção da ADRAT.

Os projetos, as medidas/ações e a EDL serão objeto, durante e após a sua concretização, de ações de controlo de acordo com os procedimentos especificados no Sistema de Gestão de Qualidade o qual se fundamenta na observância do desempenho dos processos da Associação e dos requisitos da Qualidade tendo como referência o modelo de gestão NP EN ISO 9001 da Associação, na legislação comunitária, na legislação nacional aplicável, e nos diferentes programas.

Dispositivo técnico administrativo para análise e seleção de projetos;

Circuitos de análise, parecer e decisão/proposta de decisão das operações

De forma a analisar e selecionar os projetos candidatos, a ETL criará um Manual de Procedimentos para implementação da EDL de acordo com os diferentes programas, através do qual se estabelecem as regras que vão orientar os processos de candidatura. Aquando da abertura de candidaturas, a ETL/ADRAT publicitará no seu website, redes sociais e na imprensa regional os períodos em que estas poderão ser feitas, disponibilizando também o respetivo Manual. Serão igualmente aproveitadas as diferentes redes promovidas e em que a ADRAT está envolvida, como por exemplo “AT Empreende” que contribuirão para que a abrangência da intervenção seja bastante alargada.

As intenções de candidatura seguirão uma metodologia de acompanhamento, realizada em 4 momentos:

Formalização de processo, quando o promotor faz os 1.ºs contactos serão realizadas visitas ao terreno com um técnico da ETL e posteriormente a formalização da candidatura que, depois de formalizada, o técnico analista responsável imitará parecer da mesma. Após emissão de parecer vai ao órgão de gestão para análise e aprovação. Aquando da aprovação o projeto segue com o acompanhamento de outro técnico da ETL, responsável por instaurar os canais administrativos e financeiros, ou seja, o técnico da ETL/ADRAT ou entidades externas quando necessário, fazem a verificação no local da execução das ações constantes no pedido de pagamento e respetiva verificação documental, nomeadamente a elegibilidade das despesas.

Após esta verificação, a ETL faz a validação, procedendo a uma autorização de pagamento e envia o pedido de pagamento devidamente validado para o IFAP. A par de todo este processo existe um técnico responsável pela informação constante dos projetos, nomeadamente sobre a execução de cada uma das medidas.

Em todo este ponto referente ao modelo de governação por diversas vezes se farão referências a mecanismos e metodologias conducentes ao total garante da existência de processos de segregação de funções entre todos os intervenientes nesta EDL.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

A centralidade da dimensão dos resultados no atual período de programação, a lógica da contratualização dos resultados esperados e a opção de focagem das DLBC na criação de emprego, colocam ao GAL novos desafios que enfatizam a importância do acompanhamento e da avaliação. Neste enquadramento, os objetivos do sistema de monitorização e avaliação da DLBC são os seguintes:

- Monitorizar a execução da EDL, as operações apoiadas e as realizações alcançadas e supervisionar os fatores definidos como pré-requisitos para o sucesso da intervenção;
- Avaliar o nível de concretização dos resultados definidos pela EDL, por referência aos critérios padrão, nomeadamente a relevância, a eficácia e a eficiência;
- Suportar a gestão, apoiar a introdução de ajustamentos em função das dinâmicas do projeto e do contexto, tendo em vista os resultados contratualizados, e promover a transparência e a prestação de contas - parceria, autoridades de gestão e comunidade em geral.

Uma primeira e fundadora dimensão a considerar na definição dos mecanismos a acionar relaciona-se com as exigências em termos da estruturação da própria EDL. A lógica de intervenção desenhada (objetivos, indicadores e metas) constitui um elemento central da proposta apresentada, mas é também a referência essencial para a monitorização e a avaliação do desempenho do GAL. Por isso, foi dada atenção especial à definição e clarificação da hierarquia de objetivos, porque esta é uma condição essencial para a escolha dos indicadores, que por sua vez assumem centralidade no princípio da avaliação da performance das intervenções baseada nos resultados.

Uma outra questão relevante refere-se à distinção entre acompanhamento e avaliação. Integradas na estrutura geral de gestão da DLBC, trata-se de componentes distintas mas complementares.

A monitorização será baseada na recolha e análise sistemáticas de informação relativa às realizações, afetação de recursos, processo de implementação e evolução dos indicadores-chave. Deverá fornecer um feedback contínuo do desenvolvimento da EDL, permitir uma intervenção rápida face a eventuais desvios ao previsto e constitui uma base essencial para a avaliação. Por seu lado, a avaliação visa uma análise mais aprofundada do grau de concretização dos objetivos e resultados da DLBC, será acionada em momentos-chave e supõe uma abordagem conceptual e operacional mais complexa, segundo critérios de comprovação do sucesso da intervenção.

Ainda no que respeita à avaliação, são considerados dois tipos de avaliação:

- A avaliação interna *on going*, que complementa o trabalho de monitorização, com uma abordagem mais sistemática da EDL a partir da apreciação dos critérios de (a) pertinência e relevância (confrontam a estratégia definida e a sua concretização com o contexto regional e com a evolução das políticas públicas), (b) Eficiência e eficácia (os resultados alcançados estão em linha com o previsto, e foram concretizados com uma afetação adequada de recursos técnicos e financeiros) e (c) a dimensão de Operacionalização (o modelo de gestão e acompanhamento é o mais adequado, ou justifica algumas alterações)?
- A avaliação externa, que para além dos critérios de avaliação referidos em (a) e (b), faz uma abordagem aos seguintes critérios adicionais: Coerência externa, ou seja, como se está a articular a intervenção no âmbito da EDL com outras intervenções e estratégias (ITI/Pacto para a Coesão e Desenvolvimento Territorial, Pacto Regional para o Emprego, etc.) e Resultados e impactos – que transformações no processo de desenvolvimento se estão a registar, e em que medida se podem imputar à intervenção de DLBC rural no Alto Tâmega?

Considera-se que a monitorização e a avaliação deverão produzir informação de apoio à gestão com uma regularidade que assegure acompanhamento efetivo da evolução dos resultados e permita antecipar e projetar o seu grau de prossecução e respetivas metas. Em particular, julga-se essencial reforçar os mecanismos de monitorização e avaliação nos primeiros anos de implementação da DLBC, ou seja até à avaliação intermédia prevista para 2018, assumindo-se que nessa fase o calendário poderá ser revisto, em função da dinâmica e dos resultados alcançados, e em articulação com o Sistema de Gestão de Qualidade da atividade da ADRAT.

O acompanhamento e regulação das condições necessárias à prossecução do carácter inovador da intervenção e do alcance das metas estabelecidas, de que é exemplo paradigmático a área da criação do emprego e a forte articulação com o Plano de Empreendedorismo do Programa Alto Tâmega Empreende, bem como a importância estratégica do momento de avaliação previsto para 2018, justificam as exigências acrescidas na monitorização dos resultados no período inicial de implementação da DLBC.

O apuramento do painel de indicadores de realização e de resultado, de curto, médio e longo prazo, em alguns casos com metas quantificadas associadas, constitui um elemento fulcral do sistema de acompanhamento e avaliação. A utilização deste painel de indicadores permitirá monitorizar o projeto ao longo do tempo, e por via da análise da sua evolução será possível aferir com regularidade os resultados

obtidos e a relação com os objetivos definidos.

Para os mecanismos de recolha e análise de dados associados ao painel de indicadores será operacionalizado um sistema simples e eficaz, que rentabiliza o historial das práticas do GAL e os recursos da ADRAT, nomeadamente:

- O sistema geral de recolha e armazenamento de informação relativa às realizações e projetos apoiados, que contemplará campos de informação associados aos indicadores definidos;
- A utilização de outros sistemas de informação no âmbito da atividade geral da ADRAT, em particular o Sistema de Gestão de Qualidade, nomeadamente os registos relativos à monitorização do desempenho dos processos, reclamações e avaliação da satisfação dos clientes;
- A recolha e tratamento de informação estatística de âmbito sectorial e regional produzida pelas entidades oficiais, nomeadamente o INE e o IEFP.

Refira-se, ainda, que se o apuramento dos indicadores quantificados é essencial para alimentar o acompanhamento e avaliação, em alguns casos este tipo de informação é insuficiente para apreender a complexidade das intervenções. Por isso, considera-se indispensável combinar estes indicadores com uma informação de carácter qualitativo, especialmente nas dimensões que estão para além das áreas tradicionais de intervenção da DLBC, nomeadamente o empreendedorismo e a criação de emprego. O reforço das metodologias de carácter quantitativo com uma abordagem qualitativa realizar-se-á através das entrevistas e dos estudos de caso, metodologias que favorecem a apreensão da complexidade das condições de implementação e dos fatores que potenciam ou condicionam o alcance dos resultados.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	DLBC_2ª Fase - Direção_v4 Dezembro.pdf	09/12/2015 10:58	502787228
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-147.pdf	20/11/2015 09:43	
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-147.pdf	30/09/2015 17:55	
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Órgão de Gestão e ETL.pdf	30/09/2015 15:57	502787228
Protocolo de parceria	acordo_parc_DLBC_RURAL.pdf	30/09/2015 15:57	502787228
Outros	Estatutos_Adrat.pdf	30/09/2015 15:59	502787228
Outros	acordo_CIM_ADRAT.pdf	30/09/2015 15:58	502787228

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO ALTO TAMEGA (ADRAT)	NIF	502787228
Submetido por	ANTONIO MANUEL GRANJO MONTALVÃO MACHADO	NIF	157277070
Data de Submissão	09-12-2015		